



VOTO DE PESAR

«Pelas recentes mortes no Mediterrâneo»

1º Subscritor: Luís Garcia (CDU)

O Mediterrâneo, tantas vezes referido como matriz civilizacional, espaço de encontro e cruzamento de povos e de culturas, é, hoje, não o território onírico de quem persegue um qualquer sonho, mas sim o destino inalcançável da fuga em desespero de gente perseguida pela fome e pela guerra.

Mediterraneus, aquele que deveria ser uma espécie de lago que aproximaria terras e gentes, não é mais que um tenebroso cemitério, alimentado pela barbárie, às portas do maior bastião da civilização ocidental, onde nos últimos anos perderam a vida muitos milhares de pessoas. O estigma imperial de *Mare Nostrum* reforça a configuração da União Europeia-Fortaleza que, hipocritamente, lamenta os mortos enquanto expulsa os sobreviventes.

Os membros da Assembleia Municipal de Évora expressam o seu profundo pesar pela morte de mais de mil pessoas nos mais recentes naufrágios no Mediterrâneo, um trágico acontecimento que surge na sequência de dezenas de milhares de mortes naquelas águas.

Os membros da Assembleia Municipal de Évora responsabilizam a União Europeia e a sua injusta política de imigração por mais esta tragédia, a maior envolvendo imigrantes no Mediterrâneo. Tragédias que já vitimaram dezenas de milhares de seres humanos nos últimos anos e que são inseparáveis das políticas de guerra, ingerência e de domínio económico, que as principais potências da UE e da NATO desencadeiam no Continente Africano e no Médio Oriente, bem como das políticas dos regimes despóticos e corruptos dos países de origem, provocando gigantescas ondas de refugiados de guerra e um êxodo em massa que foge da fome e da pobreza extrema.

A Assembleia Municipal de Évora chama à atenção para os perigos que decorrem da resposta da União Europeia e de vários governos a mais esta tragédia. Uma resposta que, escamoteando as reais razões da imigração em massa do Continente Africano, visa aprofundar uma visão instrumental e securitária da imigração, no quadro da chamada política europeia de vizinhança e da comunitarização da política de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

imigração, contribuindo, objectivamente, para o aprofundamento do problema. Estas políticas abrem, simultaneamente, o campo às forças xenófobas e racistas.

Évora, 30 de abril de 2015

[Aprovada por maioria, com 26 votos a favor (13 do PS, 12 da CDU e 1 do BE) e 3 abstenções (do PSD)]

www.evora.net/ame



MOÇÃO

«Contra a municipalização das áreas sociais»

1ª Subscritora: Gertrudes Pastor (CDU)

Foi publicado, no dia 12 de fevereiro de 2015, o Decreto-Lei n.º 30/2015 que "*estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais, no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro*".

Considerando que:

- Do aludido D. L. não decorre que estamos perante um processo de descentralização de competências, mas sim de desresponsabilização do Governo na garantia da universalidade do acesso a direitos sociais constitucionais, como é a educação, a saúde, o apoio social e a cultura;
- O modelo proposto assenta em contratos interadministrativos, com mecanismos de acompanhamento e de monitorização de realização, que comprovam não se tratar de um processo de descentralização de competências, já que estas continuam a ser da responsabilidade da Administração Central e as autarquias, para o Governo, são meras executoras da política do Governo;
- Em matéria de transferência de competências, a solução deverá passar por uma verdadeira descentralização, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado;
- O processo de delegação de competências anterior, na área da educação, abriu espaço e justificou, em muitas situações, a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

um adicional fator de novos encargos para as autarquias, que se dispuseram a dar o passo da contratualização;

- O Governo avançou com esta legislação, impondo a transferência de competências para as autarquias, transferências essas amplamente contestadas, quer pelas próprias autarquias, quer pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, e, ainda, por diversos profissionais das respetivas áreas.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 30 de abril de 2015, delibera manifestar o seu profundo desacordo face ao regime jurídico de transferência de competências para os municípios nas áreas sociais, aprovado pelo Governo e publicado no D. L. n.º 30/ 2015, de 12 de fevereiro, exigindo a sua revogação.

[Aprovada por maioria, com 30 votos a favor (16 da CDU, 13 do PS e 1 do BE) e 3 votos contra (do PSD)]



MOÇÃO

«Dia do Trabalhador»

1º Subscritora: Paula Nobre de Deus (PS)

Assinalamos esta data com a convicção que cada vez é mais necessário fazer escolhas que impliquem uma convergência política em torno da dignidade do trabalho e uma atitude firme de indignação contra todas as formas de exploração dos trabalhadores. Exige-se ética nas relações de trabalho, com uma regulação rigorosa do mercado, que respeite os trabalhadores e não abdique dos princípios e valores fundamentais para uma economia sustentável e socialmente justa. Não nos substituímos aos agentes económicos, mas não nos conformamos com uma economia de casino, comandada pelos mercados financeiros. A defesa do valor "*Trabalho*" não é sinónimo da defesa de uma atitude conservadora e imobilista. É a afirmação exigente de um valor mobilizador da sociedade, que pressupõe que a mudança e a inovação assentam na dignidade das condições de trabalho dos homens e das mulheres. Para isso, é fundamental apostar no reforço da concertação social, para que as reformas estratégicas do mercado de trabalho sejam participadas por todos os parceiros. Só assim, garantimos um planeamento cuidadoso, equilibrado e justo do mercado de trabalho.

No Dia do Trabalhador temos o dever de afirmar o nosso empenho no combate:

1. Ao desemprego e, muito especialmente, na criação de condições que concorram para combater o desemprego de longa duração de todas as pessoas que, com a crise, perderam o emprego numa idade em que o regresso à vida ativa é mais difícil;
2. À redução das desigualdades, com uma atenção muito especial às desigualdades salariais entre homens e mulheres e ao enorme fosso entre o salário mínimo e os salários mais elevados, e à precariedade no mercado de trabalho;
3. À promoção de medidas que concorram para uma maior facilidade de conciliação da vida profissional e da vida familiar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aos jovens, aos que estão na expectativa de entrar no mercado de trabalho e aos que foram obrigados a emigrar à procura de emprego, transmitimos uma palavra de força: não se conformem e lutem sempre pelo direito ao trabalho!

Évora, 30 de abril de 2015

(Aprovada por unanimidade)

www.evora.net/ame



MOÇÃO

«Viva o 25 de Abril! Viva o 1º de Maio!»

1º Subscritor: Jorge Lourido (CDU)

Comemorámos, na semana passada, o 41º aniversário da *Revolução de Abril*. Vamos celebrar amanhã o *1º de Maio*.

A Revolução de Abril foi tempo de alegria coletiva, de povo nas ruas, em aliança com os Capitães de Abril e o MFA. Foi tempo de despedaçar algemas e mordças, a conquistar a liberdade e a cidadania, a construir um tempo novo, de justiça social, de direitos humanos reconhecidos, de paz e solidariedade com todos os países e povos do mundo. Dessa alegria coletiva saiu uma democracia avançada, uma democracia económica, social, cultural e política, com uma forte componente participativa, que viria a ser consagrada na *Constituição de Abril*, aprovada em 2 de abril de 1976.

A *Revolução de Abril* foi Liberdade, foi transformar maio amordaçado em maio florido; foi direito ao Trabalho com Direitos e Dignidade; foi direito à Saúde, direito ao Ensino, direito à Segurança Social; foi a experiência histórica da posse da terra por quem a trabalhava, dos sectores estratégicos e fundamentais da economia colocados ao serviço do povo e do país; foi a construção do Poder Local Democrático; foi o fim da guerra colonial, libertando outros povos e reconhecendo o direito à sua independência; foi o fim do isolamento internacional do nosso País.

Hoje, comemoramos abril e celebramos maio, num tempo marcado pela intensificação da furiosa ofensiva contra abril e as suas conquistas. Hoje, esta ofensiva assume contornos de um assalto final a tudo o que a Revolução de Abril nos trouxe de positivo, avançado, moderno e progressista. Assistimos, hoje, à deterioração da situação económica, social, cultural e política do país: aumentar o endividamento externo; intensificar-se o desemprego e a exploração; aumentar a emigração de jovens, mulheres e homens; implementar políticas para privatizar bens essenciais, como a água; roubar os salários, pensões e reformas; aumentar os níveis da pobreza, da miséria e da fome; limitar, perigosamente, o direito à produção e fruição do conhecimento e da cultura; alienar elementos significativos da independência e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

soberania nacionais; cercear direitos, liberdades e garantias, arduamente conquistados, roubando democracia, roubando abril e maio aos trabalhadores, ao povo e ao País.

Tal como há 41 anos, é, hoje, necessária coragem, determinação, confiança e ousadia para romper com inevitabilidades e soluções únicas, que agravam as condições de vida da maioria dos portugueses.

Comemorar abril e celebrar maio é, hoje, exigir continuar o caminho que os *Capitães de Abril* e o Povo Português abriram e começaram a desbravar a partir da madrugada libertadora de 1974. É lutar para que abril se cumpra.

Viva o 25 de Abril! Viva o 1º de Maio!

Évora, 30 de abril de 2015

[Aprovada por maioria, com 30 votos a favor (16 da CDU, 13 do PS e 1 do BE) e 3 votos contra (do PSD)]